

Acesso a praias é novo embate entre base e oposição

Aliados de Lula mobilizam as redes para criticar PEC. Relator, Flávio Bolsonaro, nega que texto permita privatizações

FERNANDA ALVES
Ternando Brasil/Agência Brasil

Em tramitação no Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira a propriedade exclusiva da União sobre os chamados terrenos de marinha, áreas localizadas na costa brasileira e nas margens de rios e lagoas, virou alvo de disputa entre apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O embate se intensificou nas redes sociais após o relator do texto na Casa, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RI), defender a aprovação da proposta em seu parecer.

A PEC já foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2022 e foi debatida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antenente. Em seu parecer, Flávio aponta que a União até hoje não demarcou a totalidade dos terrenos de

marinha. E que muitas casas são registradas em cartório, mas foram objeto de demarcação pela União, "surpreendendo os proprietários".

O senador usou ontem suas contas nas plataformas digitais para reagir à alegação de que a proposta quer "privatizar as praias" do país, que classificou como "fake news". "A PEC trata apenas de áreas já ocupadas", escreveu o relator.

AMBIENTALISTAS CRITICAM
Pela PEC, as áreas serão transferidas a estados e municípios de forma gratuita ou a ocupantes privados mediante pagamento. Ambientalistas que criticam a proposta argumentam que o texto dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade.

Técnicos do governo também afirmam reservadamente que a PEC pode permitir privatização de praias. O líder do governo no Senado, Jaques



Reação: Flávio, relator da PEC, hoje enfrenta mira de base lulista. À direita, conta do PT do Senado critica proposta

O QUE ESTÁ EM DEBATE

Terrenos de marinha

A definição das áreas de marinha é prevista em um decreto de 1946. Como parâmetro para definir até onde a água pode chegar, a regra usa como referência as marés máximas do ano de 1831. A partir daí, é contabilizada uma área de 33 metros do mar em direção ao continente. Os locais não têm relação com a Marinha do Brasil.

Wagner (PT-BA), disse ontem ao Valor que a gestão Lula é contra a aprovação da medida. Hoje, como essa faixa pertence à União, não é possível fechar o local, como mangues, por exemplo. Com o repasse para a iniciativa privada, isso seria possível.

O que diz a proposta

Atualmente as áreas de marinha pertencem à União e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação pretende repassá-las para estados e municípios de forma gratuita. O texto abre ainda a possibilidade de cessão desses terrenos para a iniciativa privada mediante pagamento.

Senadores do PT usaram as plataformas para se contrapor. Fabiano Contarato (ES) afirmou que a proposta é um perigo à pauta ambiental e "vai favorecer a especulação imobiliária, a construção de resorts e ataque ao meio ambiente". Parlamentares da base crítica

Qual é a polêmica

Ambientalistas e técnicos do governo afirmam que a PEC dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade. Hoje, como essa faixa pertence à União, não é possível fechar o local, como mangues, por exemplo. Com o repasse para a iniciativa privada, isso seria possível.

caram ainda a pauta devido ao impacto das chuvas no Rio Grande do Sul. "Mesmo com a tragédia climática que o RS vive, o Congresso continua empurrando para frente pautas anti meio ambiente", postou a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

Em sua conta no Twitter, a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) citou Flávio em uma postagem onde afirmou que os defensores da ideia estão "ignorando os problemas ambientais e os danos às comunidades tradicionais que isso pode causar". Já a oposição também discursou na mesma linha ao de Flávio ao alegar que há distorção sobre o conteúdo da PEC. "Essas informações distorcidas, essas fake news que estão divulgando sobre privatização de praia, cerceamento de praias, amigos, se isso acontecer, sabe quem é o réu (culpado)? É a União! Iso porque são bens da União as praias fluviais e marítimas. Se alguém cercar alguma praia ontem, hoje ou amanhã, o réu é o serviço de patrimônio da União", declarou o senador Esdras Amin (PP-SC).

FORUM FUTURO DO AGRO

5 JUNHO

Especialistas, produtores rurais e indústria debaterão as relações comerciais com grandes parceiros, como China e União Europeia

Acesse e saiba mais sobre o futuro do agro

globorural.com.br

PARTECIPANDO

(JBS) Marfrig brf FARCERIA imafiora

REALIZAÇÃO

GLOBORURAL Valor CBN O GLOBO